

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2013 PROCESSO: 015/2013

TIPO: MENOR PREÇO.

SETOR INTERESSADO: NUCOP – NÚCLEO COMERCIAL E OPERACIONAL.

A COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, CASEMG, Sociedade de Economia Mista, criada pela Lei Estadual nº 1.643, de 06/09/1957, federalizada como ente da Administração Pública Indireta da União mediante autorização constante da Lei Estadual nº 12.422, de 27/12/1996, e Lei Federal nº 9.496, de 11/09/1997, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pelo Decreto nº 6.129 de 20 de junho de 2007, com sede na Rua Timbiras, nº 1.754, 14º e 15º andares, Bairro Lourdes, Belo Horizonte/MG, registrada no CNPJ/MF sob o nº 17.186.370/0001-68, realiza licitação na modalidade de “**Pregão Eletrônico**”, do tipo menor preço, com regime de execução de empreitada por preço global cujo objeto está descrito no item 01 deste Edital. Esta licitação observará os preceitos de direito público e, em especial, as disposições da Lei nº 11.788 de 25/09/2008, Lei nº 10.520 de 17/07/2002, do Decreto nº 3.555 de 08/08/2000, a Lei Complementar 123/2006, de 14/12/2006, Decreto nº 6.204, de 05.09.2007 e Decreto nº 5.450, de 31.05.2005, aplicando-se subsidiariamente as normas atualizadas da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e as condições deste Edital e de seus Anexos.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada em seguro com LMI – Limite Máximo de Indenização em favor da depositante, contra incêndio, raios e explosões, dos produtos armazenados nas Unidades de Armazenagem e Negócios da CASEMG nas cidades de **Araguari, Buritis, Capinópolis, Conceição das Alagoas, Frutal, Ituiutaba, Monte Carmelo, Passos, Patos de Minas, Patrocínio, Sacramento, Uberaba, Uberlândia e Unaí**, conforme legislação pertinente e condições constantes no presente edital e seus anexos.

2. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

2.1. Os licitantes deverão observar as datas e horários previstos, nos termos que seguem:

- a) Acolhimento de Propostas: até **11/06/2013 às 10h00**;
- b) Abertura das Propostas: **11/06/2013 às 10h00**;
- c) Início da Disputa: **11/06/2013 às 10h30min**;
- d) Formalização de Consultas: **06/06/2013** até as **16h00** (até 3 dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública). e-mail: cpl@casemg.com.br ;
- e) Eventuais dúvidas relativas ao sistema www.licitacoes-e.com.br poderão ser sanadas pelos telefones do “BB Responde”: 3003-0500 (capitais e regiões metropolitanas), ou 08007290500 (demais localidades).
- f) **Referência de tempo**: para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF, inclusive para fins de contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e no que se refere à documentação relativa ao certame.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa decorrente do fornecimento desta contratação está contemplada conforme dotação orçamentária rubrica nº **243.900**, cuja natureza de despesas é “Demais Serviços Terceirizados”.

3.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atender às obrigações da mesma natureza.

4. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

4.1. Os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), para o acesso ao sistema eletrônico, obtidas nas agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País.

4.1.1. A chave de identificação e a senha terão validade de 12 (doze) meses e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco, devidamente justificada;

4.1.2. É de exclusiva responsabilidade do licitante o uso da senha de acesso ao sistema eletrônico, quer pelo seu representante, quer por terceiros, ainda que indevidamente;

4.1.3. O licitante deverá comunicar imediatamente ao Banco do Brasil S.A. (órgão provedor do sistema) qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

4.2. É vedado a uma só pessoa física representar mais de uma empresa neste Pregão.

4.3. O Credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica (§ 6º, art. 3º do Decreto 5.450/2005).

5. DA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão:

a) os interessados que estiverem cadastrados e habilitados parcialmente (habilitação parcial válida) no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico “Licitações-e”, por meio do site www.licitacoes-e.com.br;

b) os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes neste Edital e seus Anexos.

c) cooperativas, desde que o estatuto da sociedade contemple atividade direta e específica pertinente aos serviços licitados, na forma regulamentada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

5.2. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados rigorosamente a data e horário limite estabelecido no subitem **2.1**, alínea “a” para o recebimento das propostas;

5.2.1. O acesso para a informação dos dados deverá ser feito na página inicial do site www.licitacoes-e.com.br, opção “Acesso Identificado”;

5.2.2. O licitante deverá OBRIGATORIAMENTE enviar sua proposta comercial, por meio eletrônico, conforme instruções do sistema;

5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, declarando como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S.A. (órgão provedor do sistema), responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão. (inciso IV, art. 13º Decreto 5.450/2005).

5.5. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, antes de registrar sua proposta, o tipo de segmento quanto ao faturamento, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, bem como que a proposta está em conformidade com as exigências editalícias, sujeitando-se às sanções previstas neste instrumento convocatório, na hipótese de prestação de declaração falsa.

5.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

5.7. Não poderão participar deste Pregão:

5.7.1. Empresário suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com a CASEMG, durante o prazo da sanção aplicada;

5.7.2. Empresário que esteja com o direito de licitar e contratar com este órgão suspenso, ou que tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com quaisquer órgãos, entidades ou unidades da Administração Pública;

5.7.3. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

5.7.4. Empresário cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste Pregão;

5.7.5. Empresário que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;

5.7.6. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

5.7.7. Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

6. DO TIPO

A presente licitação enquadra-se no tipo **menor preço global**.

7. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS

7.1. Até o prazo limite para acolhimento das propostas, previsto no subitem **2.1**, alínea “a”, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada;

7.2. A partir do horário previsto no item **2.1**, alínea “b” a sessão pública será aberta pelo Pregoeiro, com a divulgação das propostas recebidas;

8. DA PROPOSTA

8.1. A proposta poderá ser encaminhada a partir do momento da publicação deste Edital no site www.licitacoes-e.com.br, com abertura do prazo para acolhimento de propostas até a data e hora marcada para abertura da sessão conforme item **2.1**, quando então encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

8.2. O licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor mensal da proposta, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas, bem

como, quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes na prestação dos serviços decorrentes da execução do objeto.

8.3. A especificação da proposta deverá ser clara e completa dos serviços oferecidos, sem conter alternativas de preços, ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

8.4. O licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do Art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

8.5. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste **Edital** e seus **Anexos**.

8.6. Uma vez abertas as propostas, não serão admitidas retificações de preços ou alterações nas condições estipuladas;

8.7. Não será admitida mais de uma cotação para os serviços.

8.7.1. A quantidade mínima a ser cotada, em atenção ao preceituado no artigo 9º, inciso IV do Decreto n.º 3.931/2001, é aquela especificada na Descrição Detalhada do Objeto, **Anexo I** ao **Edital**, não se admitindo cotações em quantidade divergente da especificada.

8.8. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

8.9. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste **Edital** e seus anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

8.10. A cotação e os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos;

8.11. As microempresas (**ME**) e empresas de pequeno porte (**EPP**) que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela LC nº 123/2006 deverão declarar em campo próprio do sistema eletrônico, a sua condição de **ME ou EPP**.

8.12. Requisitos essenciais da nova proposta após etapa de lances:

8.12.1. A nova proposta ajustada ao lance final deverá ser encaminhada pelo licitante detentor do menor lance indicando a quantidade e o **valor global da proposta**, conforme modelo sugerido no **Anexo II**.

7.12.1.1. A nova proposta a que se refere o subitem **7.12.1**, deverá ser digitada, vedada sua apresentação manuscrita, utilizando-se, preferencialmente como modelo o **Anexo II**, parte integrante deste edital, com clareza, sem emendas, adendos ou rasuras, que comprometam a sua essência, devidamente assinada na última folha e rubricada nas demais.

8.12.2. A nova proposta será documentada nos autos e vinculada ao contrato a ser firmado com a CASEMG, será levada em consideração no momento da repactuação ou de aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9. DA VALIDADE DA PROPOSTA

9.1. As propostas apresentadas terão validade de **60 (sessenta)** dias contados a partir da data de seu envio, conforme artigo 6º da Lei nº. 10.520/2002 e § 4º do artigo 27 do Decreto 5.450/2005;

9.1.1. Os prazos de validade das propostas apresentadas que, porventura, diverjam do determinado no item **9.1** serão desconsiderados;

10. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

10.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

10.2. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.3. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, e somente estas participarão da fase de lances;

10.4. Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, no horário previsto no subitem **2.1**, alínea “**c**”, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico;

11. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E DOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO ELETRÔNICO

11.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignados no registro de cada lance;

11.2. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

11.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro;

11.4. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar lances, valerá o último lance por ele ofertado.

11.5. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

11.6. Os lances deverão ser ofertados pelo menor valor mensal.

11.7. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

11.8. Decorrido o prazo fixado pelo Pregoeiro, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de **até 30 (trinta)** minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de lances.

11.9. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, será assegurada às microempresas e às empresas de pequeno porte, como critério de desempate, preferência de contratação desde que as propostas apresentadas sejam iguais ou **até 5% (cinco por cento)** superiores ao melhor preço ofertado na fase de lances, observado o seguinte procedimento:

11.9.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor preço,

no prazo máximo de **5 (cinco) minutos** após a convocação do Pregoeiro, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

11.9.2. Não ocorrendo à contratação na forma do subitem **11.9.1**, serão convocadas às microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que se enquadrem na hipótese do subitem **11.9**, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

11.9.3. A não contratação nos termos previstos no subitem **11.9** ensejará a adjudicação do objeto licitado, em favor da proposta originalmente vencedora;

11.9.4. O disposto no subitem **11.9** somente será aplicado quando o melhor preço ofertado na fase de lances não houver sido apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.10. No caso de desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11.11. Quando a desconexão do **PREGOEIRO** persistir por tempo superior a **10 (dez)** minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica poderá ser suspensa, e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação (www.licitacoes-e.com.br; www.casemg.com.br).

11.11.1. Na hipótese de ocorrência de total indisponibilidade do sistema eletrônico, o Pregoeiro suspenderá a sessão, que deverá ser retornada às **10h00** do dia útil subsequente.

12. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação.

12.2. O critério de julgamento adotado será o menor valor mensal, observadas as exigências contidas neste **Edital** e seus **Anexos** quanto às especificações do objeto.

12.3. Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao **edital**.

12.3.1. O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação;

12.3.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.4. O disposto no item anterior somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa e empresa de pequeno porte.

12.5. Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste **Edital** e seus **Anexos**.

12.6. Será desclassificada a proposta final que:

a) contenha vícios ou ilegalidades;

b) apresente preços finais superiores ao valor máximo estabelecido no Termo de Referência;

c) Não vier a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço.

d) apresente preços que sejam manifestamente inexequíveis;

12.7. Consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida;

12.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o pregoeiro poderá efetuar diligência, na forma do § 3º do Artigo 43 da lei n. 8.666/93 para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

12.8.1. Solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do CASEMG ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão;

12.8.2. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços;

12.8.3. Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

12.8.4. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

12.8.5. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

12.8.6. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

12.8.7. A não apresentação das informações solicitadas implicará o julgamento no estado em que se encontram as propostas, podendo resultar em sua desclassificação.

12.9. No julgamento das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrando em ata acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação;

12.10. A microempresa ou a empresa de pequeno porte que desejar fazer jus ao direito de preferência outorgado pela Lei Complementar nº 123/06, deverá comprovar a conformidade com os incisos I ou II do art. 3º da referida Lei, por meio do envio do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social exigível, ou do Imposto de Renda onde conste a receita bruta do mesmo exercício. Outrossim, deverá apresentar declaração de que faz jus aos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/06 (**Anexo V**).

12.10.1. Não comprovados os requisitos conforme o subitem **12.10**, o licitante ficará sujeito à aplicação das sanções descritas no item **25**.

12.11. No caso de microempresa e empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **02 (dois)** dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e apresentação de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.12. Observados os subitens **11.9**, **11.9.1** e **11.9.2**, a não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem **12.11** implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar para contratar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar esta licitação.

12.13. Sendo aceitável a proposta do licitante detentor do menor preço, este deverá comprovar sua condição de habilitação conforme itens **13** e **14** deste Edital;

12.14. Da sessão pública do Pregão lavrar-se-á ata circunstanciada, que estará disponibilizada na Internet para acesso livre, no sítio www.licitacoes-e.com.br imediatamente após o encerramento da sessão pública.

13. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

13.1. Os documentos de habilitação relacionados no item **14** deste Edital deverão ser remetidos por transmissão fac-símile, (31) 3272-2943, ou por meio eletrônico (e-mail) cpl@casemg.com.br e recebidos na Comissão Permanente de Licitação – CPL no prazo de 03 (três) horas contados do encerramento do certame, com a devida solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de solicitação do pregoeiro, no seguinte endereço:

COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2013 - PROCESSO: 001/2013
RUA DOS TIMBIRAS, Nº. 1.754, 14º ANDAR, BAIRRO DE LOURDES
BELO HORIZONTE – MG - CEP: 30140-061

13.2. Somente será julgada habilitada a empresa que apresentar toda a documentação relacionada no item **14** deste **edital**;

13.3. As **ME** e **EPP** deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

13.4. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do **SICAF** (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada neste edital.

13.5. Os licitantes que não atenderem às exigências de habilitação parcial no **SICAF** deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

13.6. Os documentos necessários à habilitação deverão estar válidos na data da abertura da sessão.

13.6.1. Não serão aceitos protocolos de solicitação de certidões ou licenças em repartições públicas para substituir documentos aqui exigidos.

13.7. Os documentos apresentados deverão ser legíveis e em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente, ou por servidor da **CASEMG**, ou, ainda, por publicação em órgão de imprensa oficial.

13.8. As certidões, quando nada dispuserem sobre sua validade, serão aceitas desde que expedidas há menos de **90 (noventa)** dias da entrega da documentação.

13.9. O Pregoeiro procederá à conferência de todos os documentos que ensejem sua verificação em sites oficiais de órgão e entidades emissores de certidões e, quando não enviados, imprimirá os que se encontrarem disponíveis.

13.9.1. Não precisarão ser autenticadas as cópias de documentos e certidões cuja autenticidade possa ser verificada na internet.

13.10. O registro cadastral da empresa deverá referir-se obrigatoriamente, à unidade licitante e ao ramo de atividade do objeto desse Pregão;

13.11. Os ramos de atividades devem ser compatíveis com o objeto social indicado no estatuto ou contrato social e com os atestados de comprovação de aptidão apresentados.

13.12. Caso a unidade empresarial a se habilitar seja a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

13.13. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste **edital**, o licitante será declarado vencedor.

14. DA HABILITAÇÃO

14.1. Para habilitar-se na presente licitação, o interessado deverá apresentar toda a documentação comprobatória da necessária qualificação.

14.2. A habilitação do licitante detentor do menor preço apresentado será verificada online por meio do **SICAF** - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (habilitação Parcial), após a análise e julgamento da Proposta de Preços e da documentação complementar especificada neste edital.

14.2.1. Os licitantes que não atenderem às exigências de habilitação parcial no **SICAF** deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

14.3. Documentação complementar ao SICAF:

14.3.1. Habilitação Jurídica

a) Empresa individual: o registro na Junta Comercial;

b) Sociedade empresária (que não as sociedades por ações): ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial;

b.1) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

c) Sociedade por ações: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de documentos de eleição dos administradores;

d) Sociedade simples: ato constitutivo inscrito no Cartório Civil (Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou Cartório de Registro de Títulos e Documentos), acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no Brasil: decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

14.3.2. Documentação relativa à Capacidade Técnica:

a) atestado de capacidade técnica, expedido em nome da empresa proponente, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o seu desempenho na prestação de serviço pertinente e compatível em características com o objeto desta licitação;

14.3.3. Documentação relativa à Qualificação Econômico Financeira:

a) comprovação da boa situação financeira da licitante, aferida com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e liquidez Corrente (LC) maiores que um (>1), analisada automaticamente pelo SICAF;

a.1) o licitante que apresentar resultado inferior ou igual a um, em qualquer dos índices referidos no subitem acima, deverá comprovar o capital mínimo de 10% do valor total da contratação, de acordo com os

§§ 2º e 3º do Artigo 31 da Lei n.º 8.666/93.

b) certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo órgão competente da Sede do licitante ou de seu domicílio;

14.3.1. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo decreto - lei nº 5.425, de 1º de maio de 1943;

14.3.2. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ**;

14.3.3. Proposta comercial, conforme modelo sugerido no **Anexo II** deste **Edital**;

14.3.4. Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos da Habilitação, conforme modelo sugerido no **Anexo III** deste **Edital**;

14.3.5. Declaração de Inexistência de Menor Trabalhador, conforme inciso V, do art. 27, da Lei nº 8.666, de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 1999 e regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 2002, conforme modelo sugerido no **Anexo IV** deste **Edital**;

14.3.6. Enquadramento como **Microempresa** ou **Empresa de Pequeno Porte**, modelo constante no **Anexo V** deste **Edital**;

14.3.7. Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) fornecido pela Caixa Econômica Federal.

14.4. O licitante que não atender às exigências de habilitação parcial no **SICAF** deverá encaminhar, além da documentação prevista no subitem **14.3** acima, o seguinte:

14.4.1. Regularidade Fiscal

a) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

b) prova de regularidade com as Fazendas:

b.1) municipal (Prefeitura);

b.2) estadual (Secretaria da Fazenda do Estado);

b.3) federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União – PGFN/RFB);

b.4) certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) fornecido pela Caixa Econômica Federal.

14.4.2. Qualificação Econômico-Financeira

a) comprovação da boa situação financeira do licitante, aferida com base nos dos índices abaixo explicitados:

- **ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL = LG**

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}$$

- ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL = SG

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}$$

- ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE = LC

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

a.1) O licitante que apresentar resultado inferior ou igual a um, em qualquer dos índices referidos no subitem acima, deverá comprovar o capital mínimo de 10% do valor total da contratação, de acordo com os §§ 2º e 3º do Artigo 31 da Lei n.º 8.666/93;

a.2) a comprovação contábil deverá estar assinada por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

b.1) Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

b.1.1) sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima): por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial;

b.1.2) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente ou apresentação do Recibo de entrega de livro digital; ou

b.1.3) sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:

b.1.3.1) por fotocópia (do balanço e demonstrações contábeis) registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou

b.1.3.2) por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

b.1.4) as empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento

b.1.5) o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

15. DOS RECURSOS

15.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, com registro da síntese de suas razões, sendo-lhe concedido o prazo de **3 (três)** dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.1.1. A manifestação imediata e motivadamente da intenção de recorrer a que se refere o subitem **15.1** e prevista nos incisos XVIII e XX do Art. 4º da Lei 10.520/02, e no Art. 26 do Decreto 5.450/05, deve ocorrer em sequência de sessão realizada, no prazo de até 30 (trinta) minutos, findo o qual resta inquestionável, por via de consequência, a decadência ao direito de interposição recursal, em face da falta de manifestação imediata e motivada do licitante;

15.1.2. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.2. Considerado o conteúdo da intenção do licitante, caberá ao Pregoeiro aceitar ou rejeitar de imediato, ou seja, proceder ao juízo de admissibilidade do recurso, na própria sessão virtual, sendo que os motivos da decisão deverão ser informados no campo próprio do sistema;

15.3. Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos impetrados contra suas decisões, encaminhando à autoridade competente, quando mantiver sua decisão, para que ela venha a deferir, ou não, o pleito.

15.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará e homologará o procedimento licitatório.

15.5. A falta de manifestação no prazo estabelecido importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor;

15.6. Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

16. DA VISTA DOS AUTOS

Durante o julgamento dos recursos, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Gerencia Administrativa, situada na Rua Timbiras, nº. 1754, 14º andar, Bairro de Lourdes, CEP.: 30140.061, Belo Horizonte/MG, em dias úteis no horário de **09h às 11h30 e 14h00 às 16h00**.

17. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

17.1. Qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão, na forma eletrônica, em até **02 (dois)** dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública (art. 18 do Decreto 5.450/2005);

17.2. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de **24 (vinte e quatro)** horas.

17.3. Acolhida a impugnação contra este **Edital**, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.

17.4. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas nos endereços eletrônicos www.licitacoes-e.com.br e www.casemg.com.br, para conhecimento, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-los para obtenção das informações prestadas.

17.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, exclusivamente na forma eletrônica (cpl@casemg.com.br), em até **03 (três)** dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública (art. 19 do Decreto 5.450/2005).

17.6. Qualquer modificação no **Edital** exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

18.2. A homologação deste Pregão compete ao Diretor Presidente da CASEMG.

18.3. O objeto deste Pregão será adjudicado globalmente ao licitante vencedor.

19. DO CONTRATO

19.1. Depois de homologado o resultado deste Pregão, o licitante vencedor será convocado para assinatura do contrato dentro do prazo de **5 (cinco)** dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;

19.2. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CASEMG.

19.3. Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pelo licitante vencedor em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste edital.

19.4. Por ocasião da assinatura do contrato verificar-se-á por meio do **SICAF** e de outros meios, se o licitante vencedor mantém as condições de habilitação;

19.5. Quando o licitante convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocado outro licitante para assinar o contrato, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação, nos termos do § 2º, do Art. 64, da Lei n.º 8.666/93.

19.6. A prestação dos serviços, os prazos, a aplicação de sanções, bem como o pagamento dar-se-ão conforme as cláusulas da minuta de contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

19.7. A Minuta de Contrato que acompanha este **Edital** poderá sofrer alterações para adequá-la, no que couber, às condições apresentadas pelos licitantes.

19.8. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/1993, sempre por meio de **Termos Aditivos**.

20. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

20.1. O Contrato terá vigência por **12 (doze)** meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite de sessenta meses, após a verificação da real necessidade, e com vantagens para a Administração na continuidade do contrato, nos termos do inciso II do Artigo 57 da Lei n.º 8.666/93;

20.2. A empresa contratada não terá direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme estabelece o Artigo 57, Inciso II da Lei n.º 8.666/93;

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1. Comunicar a CONTRATANTE, por escrito, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, quaisquer alterações havidas no contrato social, durante a vigência deste, bem como, apresentar documentos comprobatórios;

21.2. Manter, durante todo o período de vigência e execução do contrato, as obrigações por ele assumidas, assim como as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, conforme disposto no artigo 55, XIII, da Lei n.º. 8.666/1993.

21.3. Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos serviços contratados;

21.4. Manter, durante a vigência deste contrato, devidamente válidos e atualizados, os seguintes documentos de regularidade, cuja autenticidade será verificada pela internet, a saber:

21.4.1. Secretaria da receita Federal do Brasil (SRFB);

21.4.2. Às contribuições sociais, a Certidão Negativa de Débito relativos aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva de Débitos com efeito de Negativa relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

21.4.3. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do tempo de Serviços (CRF);

21.5. Arcar com eventuais prejuízos (materiais/morais) causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, consequentes de ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados ou prepostos, na execução dos serviços;

21.6. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, alimentação, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados no desempenho dos serviços, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com eles;

21.7. Emitir a apólice, certificado ou endosso em até 20 (vinte) dias a partir da data de assinatura do contrato;

21.8. Garantir, até o Limite Máximo de Indenização contratado, o pagamento da indenização ao CONTRATANTE por prejuízos, devidamente comprovados e ocorridos nos locais segurados descritos na apólice, decorrentes dos riscos cobertos;

21.9. Providenciar o pagamento em até 30 dias após a entrega da documentação necessária referente ao sinistro ocorrido;

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

22.1. Fornecer, tempestivamente, todas as condições necessárias à correta execução do objeto especificado neste contrato;

22.2. Determinar o que for necessário para a regularização de faltas ou problemas constatados;

22.3. Atestar notas fiscais ou faturas para efeito de pagamento, se estiverem corretas e de acordo com o pactuado;

22.4. Permitir o acesso de funcionários da CONTRATADA às suas dependências, para a entrega das notas fiscais/faturas;

22.5. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes à prestação de serviços, solicitados pelos empregados da CONTRATADA;

22.6. Comunicar, oficialmente, à CONTRATADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

23. DO PAGAMENTO

23.1. O pagamento está condicionado à conclusão de cada etapa dos serviços e será efetuado pela CASEMG, com apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo gestor do contrato.

23.2. O pagamento será efetuado em **10 (dez)** dias após a apresentação de respectiva fatura e/ou nota fiscal.

23.2.1. Deverá constar na apresentação da Nota Fiscal ou da Fatura pelo licitante vencedor, todo o detalhamento dos serviços executados.

23.3. No caso de processamento do pagamento por meio de depósito bancário deverão ser fornecidos os seguintes dados:

- a) banco: nome e código;
- b) agência: nome e código e;
- c) número da conta corrente (completo).

23.4. O pagamento ocorrerá observando no que couber o disposto no Art. 34 da Lei 10.833/03, que incluiu as Sociedades de Economia Mista no Art. 64 da Lei 9.430/96 regulamentada pela I.N 480/04 e complementada pela IN 539/2005. Na Nota Fiscal deverá ser destacada a retenção na fonte dos impostos e contribuições Federais, e, em caso de isenção deverá ser anexado o comprovante.

23.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29, da Lei nº 8.666/93;

23.6. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis;

23.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a empresa contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo de que trata o subitem **23.1** começará a fluir a após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CASEMG.

23.8. O proponente regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto o pagamento ficará condicionado

à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

23.9. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM = $I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

23.10. Sem prejuízo das sanções cabíveis, o pagamento será retido ou glosado, quando a contratada:

23.10.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas; ou

23.10.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior a demandada.

24. DO REAJUSTE DE PREÇO

O valor da contratação não sofrerá reajustes durante sua vigência, salvo em caso de prorrogação do contrato, quando a correção dar-se-á com base no acumulado dos últimos 12 (doze) meses do Índice Geral de Preço de Mercado IGP-M ou outro índice que vier a substituí-lo, ou a repactuação do preço do Contrato, observada a legislação pertinente.

25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, ficará impedido de licitar e contratar com a União, e será descredenciado no SICAF pelo prazo de até **5(cinco)** anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa, o licitante e o adjudicatário que:

- a) cometer fraude fiscal;
- b) apresentar documento falso;
- c) fizer declaração falsa;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- f) deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- g) não mantiver a proposta;

25.1.1. Para os fins do subitem **25.1** alínea “d”, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

25.2. O licitante estará sujeito à multa de até **20% (vinte por cento)** do valor estimado para contratação quando incorrer em uma das hipóteses da condição anterior.

26. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

26.1. Esta licitação poderá ser revogada por interesse público e será anulada por ilegalidade de ofício ou mediante provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

26.1.1. A anulação do Pregão induz à do contrato.

27. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Dos praticados pela CASEMG cabem recursos na forma prevista no art. 109, da Lei nº 8.666/93.

28. DOS ANEXOS

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

- a) **ANEXO I** – Projeto Básico;
- b) **ANEXO II** – Modelo de Proposta Comercial;
- c) **ANEXO III** – Declaração de inexistência de fatos impeditivos da habilitação;
- d) **ANEXO IV** - Modelo de Declaração de Inexistência de Menor Trabalhador, conforme inciso V, do art. 27, da Lei nº 8.666, de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 1999 e regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 2002;
- e) **ANEXO V** – Modelo de Declaração de Enquadramento Como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- f) **ANEXO VI** - Declaração de proposta independente;
- g) **ANEXO VII** - Minuta Contratual.

29. DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1. Qualquer modificação no **Edital** exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

29.2. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

29.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a CASEMG não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

29.4. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos a esta licitação.

29.5. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

29.6. Este Pregão poderá ter a data de abertura da Sessão Pública transferida, por conveniência exclusiva da Administração da CASEMG;

29.7. Este Edital poderá ser retirado por qualquer interessado, nos sites **www.licitacoes-e.com.br** e **www.casemg.com.br**;

29.8. Os licitantes, após a publicação oficial deste Edital, ficarão responsáveis pelo acompanhamento, mediante o acesso aos sites mencionados no subitem **32.7**, das eventuais republicações e/ou retificações de edital, respostas a questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública;

29.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste **Edital** e seus **Anexos**, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CASEMG.

29.10. Para fins de aplicação da sanção administrativa, o lance é considerado proposta;

29.11. Aplicam-se às omissões deste **Edital** os princípios e as disposições legais e regulamentares que regem a matéria, especialmente a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, a Lei Complementar nº. 123/06 de 14 de dezembro de 2006, o Decreto nº 6.204 de 05 de setembro de 2007 e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações;

30. DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Belo Horizonte/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Belo Horizonte, 24 de Maio de 2013.

ANDRÉ LUIZ DA SILVA
Presidente da CPL
OAB/MG 97.712

ANEXO I
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/202013
PROCESSO: 015/2013

PROJETO BÁSICO

1. Do OBJETO

Contratação de empresa especializada em seguro com LMI – Limite Máximo de Indenização em favor da depositante, contra incêndio, raios e explosões, dos produtos armazenados nas Unidades de Armazenagem e Negócios da CASEMG: **Araguari, Buritis, Capinópolis, Conceição das Alagoas, Frutal, Ituiutaba, Monte Carmelo, Passos, Patos de Minas, Patrocínio, Sacramento, Uberaba, Uberlândia e Unaí**, conforme legislação pertinente e condições constantes no presente edital e seus anexos.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES:

- **LMI - LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO**

representa o valor máximo da indenização pagável por conta dos prejuízos cobertos.

LMI = R\$52.500.000,00 (Cinquenta e dois milhões de reais)

- **VR – VALOR EM RISCO**

é considerado o valor especificado para cada Unidade/Edificação conforme descrito na planilha “**LOCALIDADES - VALOR EM RISCO**” totalizando o valor de

R\$ 105.000.000,00 (Cento e Cinco milhões de reais).

3. DA APÓLICE

A emissão da apólice, certificado ou endosso se processará em até 10 (dez) dias a partir da data de assinatura do contrato.

4. DA FRANQUIA

Ocorrido o sinistro, a CASEMG participará com a franquia até o limite de 10% dos respectivos prejuízos com valor mínimo de R\$1.300,00.

5. DOS SALVADOS

Ocorrido o sinistro que alcance os bens amparados pela Apólice, a CASEMG não poderá fazer o abandono dos mesmos e deverá tomar, desde logo, todas as providências cabíveis no sentido de protegê-los e minorar os prejuízos, ficando, ainda garantida à Seguradora a propriedade dos referidos bens, nos casos em que fique caracterizada a perda total.

6. DA PROTEÇÃO

Extintor e hidrante.

7. DO RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO

Até 30 dias após a entrega da documentação necessária referente ao sinistro ocorrido.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

É facultativa a visita técnica nos locais de coberturas. A proposta apresentada sem o devido conhecimento dos locais de cobertura é de responsabilidade da licitante.

9. LOCALIDADES - VALOR EM RISCO:

ITEM	UNIDADE - EDIFICAÇÃO	ENDEREÇO	TELEFONE	TIPO	VALOR EM RISCO (R\$)
001	ARAGUARI	R. SÃO PAULO, 90 – ARAGUARI/MG – CEP: 38440-000	34-3242-4966	AC	1.500.000,00
002	BURITIS	ESTRADA RURAL MUNIC. 01, S/Nº, KM 02 – BURITIS/MG - CEP: 38660-000	38-3662-1535	GR	6.000.000,00
003	CAPINÓPOLIS	AV. PRES. JUSCELINO K. DE OLIVEIRA, 710 – CAPINÓPOLIS/MG – CEP: 38360-000	34-3263-1766	SM	1.000.000,00
004	CAPINÓPOLIS	AV. PRES. JUSCELINO K. DE OLIVEIRA, 710 – CAPINÓPOLIS/MG – CEP: 38360-000	34-3263-1766	AG	1.000.000,00
005	CAPINÓPOLIS	AV. PRES. JUSCELINO K. DE OLIVEIRA, 710 – CAPINÓPOLIS/MG – CEP: 38360-000	34-3263-1766	AG	1.000.000,00
006	CAPINÓPOLIS	AV. PRES. JUSCELINO K. DE OLIVEIRA, 710 – CAPINÓPOLIS/MG – CEP: 38360-000	34-3263-1766	G	1.500.000,00
007	CONC. DAS ALAGOAS	AV. BRASIL, S/Nº - CONC. DAS ALAGOAS/MG - CEP 38120-000	34-3321-3288	GR	1.000.000,00
008	FRUTAL	ROD. BR 364, S/Nº, KM 30 – FRUTAL/MG – CEP 38200-000	34-3421-9602	GR	1.000.000,00
009	ITUIUTABA	AV. JOSÉ MAGALHÃES PINTO, 1.338 – ITUIUTABA/MG - CEP: 38300-000	34-3268-5212	AC	1.000.000,00
010	ITUIUTABA	AV. JOSÉ MAGALHÃES PINTO, 1.338 – ITUIUTABA/MG - CEP: 38300-000	34-3268-5212	AC	500.000,00
011	ITUIUTABA	AV. NAPOLEÃO FAISSOL, 118 – ITUIUTABA/MG - CEP: 38300-000	34-3268-5212	SM	1.500.000,00
012	MONTE CARMELO	ROD. MG 190 S/Nº, KM 03 – MONTE CARMELO/MG - CEP 38500-000	34-3842-2257	AC - 01	12.000.000,00
013	MONTE CARMELO	ROD. MG 190 S/Nº, KM 03 – MONTE CARMELO/MG - CEP 38500-000	34-3842-2257	AC – 02	4.000.000,00
014	MONTE CARMELO	ROD. MG 190 S/Nº, KM 03 – MONTE CARMELO/MG - CEP 38500-000	34-3842-2257	AC - 03	4.000.000,00
015	MONTE CARMELO	ROD. MG 190 S/Nº, KM 03 – MONTE CARMELO/MG - CEP 38500-000	34-3842-2257	SM	2.000.000,00
016	PASSOS	ESTRADA R. MUN. PASSOS/BANANAL, 121 – PASSOS/MG - CEP 37900-000	35-3521-9199	GR	1.000.000,00
017	PATOS DE MINAS	ROD. BR 354, S/Nº, KM 06 - PATOS DE MINAS/MG - CEP: 38700-164	34-3823-3393	AC – 01	2.000.000,00
018	PATOS DE MINAS	ROD. BR 354, S/Nº, KM 06 - PATOS DE MINAS/MG - CEP: 38700-164	34-3823-3393	AC – 02	2.000.000,00
019	PATOS DE MINAS	ROD. BR 354, S/Nº, KM 06 - PATOS DE MINAS/MG - CEP: 38700-164	34-3823-3393	GR	1.000.000,00
020	PATROCÍNIO	AV. GAL. ASTOLFO MENDES, 1.201 – PATROCÍNIO/MG - CEP: 38740-000	34-3831-2227	AC – 01	10.000.000,00
021	PATROCÍNIO	AV. GAL. ASTOLFO MENDES, 1.201 – PATROCÍNIO/MG - CEP: 38740-000	34-3831-2227	AC – 02	10.000.000,00
022	PATROCÍNIO	AV. GAL. ASTOLFO MENDES, 1.201 – PATROCÍNIO/MG - CEP: 38740-000	34-3831-2227	SC	2.500.000,00
023	SACRAMENTO	AV. DOMINGOS MAGNO BOSCO, S/Nº - SACRAMENTO/MG - CEP 38190-000	34-3351-1446	AG	1.000.000,00
024	UBERABA – MG	ROD. BR 050, S/Nº KM 499 - DISTRITO INDUSTRIAL II – UBERABA/MG - CEP 38056-000	34-3313-6016	SC	2.000.000,00
025	UBERABA – MG	ROD. BR 050, S/Nº KM 499 - DISTRITO INDUSTRIAL II – UBERABA/MG - CEP 38056-000	34-3313-6016	GR	1.000.000,00
026	UBERLÂNDIA	AV. JOSÉ ANDRAUS GASSANI, 1.475 – DISTRITO INDUSTRIAL. – UBERLÂNDIA/MG – CEP 38405-389	34-3212-0511	SM2	6.000.000,00
027	UBERLÂNDIA	AV. JOSÉ ANDRAUS GASSANI, 1.475 – DISTRITO INDUSTRIAL. – UBERLÂNDIA/MG – CEP 38405-389	34-3212-0511	SM – 03	4.000.000,00
028	UBERLÂNDIA	AV. JOSÉ ANDRAUS GASSANI, 1.475 – DISTRITO INDUSTRIAL. – UBERLÂNDIA/MG – CEP 38405-389	34-3212-0511	SC	4.500.000,00

029	UBERLÂNDIA	AV. JOSÉ ANDRAUS GASSANI, 1.475 – DISTRITO INDUSTRIAL. – UBERLÂNDIA/MG – CEP 38405-389	34-3212-0511	AG	5.500.000,00
030	UNAÍ	ROD. BR 251, S/Nº, KM 143 – UNAÍ/MG – CEP 38610-000	38-3676-1520	SM	5.500.000,00
031	UNAÍ	ROD. BR 251, S/Nº, KM 143 – UNAÍ/MG – CEP 38610-000	38-3676-1520	GR	7.500.000,00

LEGENDA:

SM = Silo Metálico

SC = Silo Concreto

AC = Armazém Convencional

AG = Armazém Granelizado

GR = Graneleiro

ANEXO II

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2013
PROCESSO: 015/2013**

PROPOSTA COMERCIAL

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR GLOBAL (R\$)
01	Contratação de empresa especializada em seguro com LMI – Limite Máximo de Indenização em favor da depositante, contra incêndio, raios e explosões, dos produtos armazenados nas Unidades de Armazenagem e Negócios da CASEMG conforme legislação pertinente e condições constantes no presente edital e seus anexos.	01	
VALOR POR EXTENSO:			

VALOR TOTAL POR EXTENSO: (.....)

Nome da Empresa:

Endereço:

Telefone:

Cédula de Identidade/CNPJ:

Banco:

Agência:

Local / Data:

Nome do Representante Legal

Assinatura

CPF:

ANEXO III

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2013
PROCESSO: 015/2013**

D E C L A R A Ç Ã O DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

..... (nome da empresa), CNPJ nº....., sediada (endereço completo), declara sob as penas da Lei, que:

a) Até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação neste processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

b) O produto ofertado atende integralmente a todos os requisitos especificados neste Edital e seus anexos, bem como, as despesas dos serviços necessários, com todos os tributos, fretes, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer outras despesas que incidam ou venham incidir sobre o objeto desta licitação.

Cidade, de de 2013.

.....
(nome e número do R.G. do declarante)

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2013
PROCESSO: 015/2013

MODELO DE DECLARAÇÃO

A(O) _____, CNPJ _____, sediada(o) na _____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do **Pregão Eletrônico nº. 004/2013**, DECLARA, expressamente, que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14(catorze) anos de idade, conforme a Lei nº 9.854/99;

Cidade,de de 2013.

Nome:

Assinatura:

Cédula de Identidade:

CNPJ:

ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2013
PROCESSO: 015/2013

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

A empresa _____ (razão social do licitante), com endereço na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o número _____ vem, pelo seu representante legal infra-assinado declarar, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e, que a Empresa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei.

(Local e Data)

(Assinatura do Representante Legal)

ANEXO VI

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2013
PROCESSO: 015/2013

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Eu, _____, RG nº _____ emitido pelo _____ e CPF nº _____, como representante devidamente constituído da empresa _____, CNPJ _____, para fins do disposto no item _____ do Edital **Pregão Eletrônico nº. 004/2013**, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente pela empresa _____, e que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico nº. 004/2013**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico nº. 004/2013**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico nº. 004/2013**, quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico nº. 004/2013**, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – CASEMG antes da abertura oficial das propostas, e
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

(Local e Data)

(Assinatura do Representante Legal)

RG:

ANEXO VII

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2013 PROCESSO: 015/2013

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SEGURO COM LMI – LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO EM FAVOR DA DEPOSITANTE, CONTRA INCÊNDIO, RAIOS E EXPLOSÕES, DOS PRODUTOS ARMAZENADOS NAS UNIDADES DE ARMAZENAGEM E NEGÓCIOS DA CASEMG, QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG, E.....

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram a **COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – CASEMG**, Sociedade de Economia Mista criada pela Lei Estadual nº 1.643, de 6 de setembro de 1957, federalizada como ente da Administração Pública Indireta da União mediante autorização constante da Lei Estadual nº 12.422, de 27 de dezembro de 1996, e Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pelo Decreto nº 4.566, de 1º de janeiro de 2003, com sede na Rua dos Timbiras, nº 1.754, 14º e 15º andares, Bairro de Lourdes, Belo Horizonte/MG, registrada no CNPJ/MF sob o nº 17.186.370/0001-68, neste ato representado por seu Diretor-Presidente,, inscrito no CPF sob o nº, por seu Diretor Administrativo,, inscrito no CPF sob o nº..... e por seu Diretor Financeiro,, inscrito no CPF sob o nº..... doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa....., na pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº....., com sede na, representada pelo Sr....., brasileiro (a), casado (a), empresário (a), da cédula de identidade nº - SSP/..... e CPF nº..... doravante designada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta da licitação realizada na modalidade **Pregão Eletrônico de nº 004/2013, Processo nº. 015/2013 do tipo menor preço, com regime de execução de empreitada por preço global** e, em observância as disposições da Lei nº 9.656 de 03/06/1998 e as regulamentações complementares, do Decreto nº 3.931, de 19.09.2001, da Lei nº 10.520 de 17/07/2002, do Decreto nº 3.555 de 08/08/2000, a Lei Complementar 123/2006, de 14/12/2006, Decreto nº 6.204, de 05.09.2007, Decreto nº 5.450, de 31.05.2005, aplicando-se subsidiariamente as normas atualizadas da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Prestação de serviços em seguro com LMI – Limite Máximo de Indenização em favor da depositante, contra incêndio, raios e explosões, dos produtos armazenados nas Unidades de Armazenagem e Negócios da CASEMG: **Araguari, Buritis, Capinópolis, Conceição das Alagoas, Frutal, Ituiutaba, Monte Carmelo, Passos, Patos de Minas, Patrocínio, Sacramento, Uberaba, Uberlândia e Unaí**, conforme legislação pertinente e condições conforme condições constantes no edital Pregão Eletrônico de nº 004/2013 e seus anexos.

PARÁGRAFO ÚNICO: São partes integrantes do presente contrato, independentemente de transcrição, todas as condições estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico nº. 004/2013 e em seus Anexos, a proposta comercial da **CONTRATADA**, as normas contidas nas Leis nº. 10.520/2002, 8.666/1993 e nos Decretos nº. 3.555/2000 e 3.931/2001.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários para atender o pagamento do objeto deste Contrato para o período a ser contratado, estão disponíveis e autorizados, conforme dotação orçamentária rubrica nº. 243.900, cuja natureza de despesas é “*Demais Serviços Terceirizados*”.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nos exercícios subsequentes, as despesas correrão à conta das dotações que forem previstas para atender às obrigações da mesma natureza.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto deste contrato será executado indiretamente, sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUARTA– DA VIGÊNCIA

O presente contrato tem como vigência o período de **12 (doze) meses**, passando a vigorar na data de sua assinatura e podendo ser prorrogado na forma da Lei, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO FORNECIMENTO

Na hipótese da prestação de serviços estar em desacordo com as especificações do Edital de Pregão Eletrônico nº. 004/2013 e de seus anexos, a **CONTRATADA** deverá regularizar-la, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após a notificação da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO CONTRATADO

4.1. A apólice deverá ser entregue em estrita observância ao disposto no Edital de Pregão Eletrônico nº. 004/2013, bem como às especificações e aos prazos contidos no seu **Anexo I**, em até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do **CONTRATO**, ficando sob a responsabilidade da **CONTRATADA** as despesas decorrentes de fretes, mão-de-obra e materiais para instalação elétrica, entre outras.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR

A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor global de R\$....., (.....por extenso.....), referente a prestação de serviços descritos nos anexos I e II.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os valores serão pagos de acordo com a realização dos serviços descritos no anexo II do edital.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O preço a que se refere o caput desta Cláusula compreende todas as despesas concernentes ao objeto deste Contrato, bem como todos os tributos, salários, encargos sociais, fretes, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços;

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**, entre outras decorrentes deste Contrato:

- I. Comunicar a **CONTRATANTE**, por escrito, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, quaisquer alterações havidas no contrato social, durante a vigência deste, bem como, apresentar documentos comprobatórios;

- II. Manter, durante todo o período de vigência e execução do contrato, as obrigações por ele assumidas, assim como as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial nº. 004/2013, conforme disposto no artigo 55, XIII, da Lei nº. 8.666/1993.
- III. Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos serviços contratados;
- IV. Manter, durante a vigência deste contrato, devidamente válidos e atualizados, os seguintes documentos de regularidade, cuja autenticidade será verificada pela internet, a saber:
 - Secretaria da receita Federal do Brasil (SRFB);
 - Às contribuições sociais, a Certidão Negativa de Débito relativos aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva de Débitos com efeito de Negativa relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do tempo de Serviços (CRF);
- V. Arcar com eventuais prejuízos (materiais/morais) causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, conseqüentes de ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados ou prepostos, na execução dos serviços;
- VI. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, alimentação, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados no desempenho dos serviços, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com eles;
- VII. Emitir a apólice, certificado ou endosso em até 20 (vinte) dias a partir da data de assinatura do contrato;
- VIII. Garantir, até o Limite Máximo de Indenização contratado, o pagamento da indenização ao CONTRATANTE por prejuízos, devidamente comprovados e ocorridos nos locais segurados descritos na apólice, decorrentes dos riscos cobertos;
- IX. Providenciar o pagamento em até 30 dias após a entrega da documentação necessária referente ao sinistro ocorrido;

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da **CONTRATANTE** entre outras decorrentes deste contrato, conforme disposto nos seus normativos em vigor:

- I. Fornecer, tempestivamente, todas as condições necessárias à correta execução do objeto especificado neste contrato;
- II. Determinar o que for necessário para a regularização de faltas ou problemas constatados;
- III. Atestar notas fiscais ou faturas para efeito de pagamento, se estiverem corretas e de acordo com o pactuado;
- IV. Permitir o acesso de funcionários da CONTRATADA às suas dependências, para a entrega das notas fiscais/faturas;
- V. Prestar às informações e os esclarecimentos atinentes a prestação de serviços, solicitados pelos empregados da CONTRATADA;
- VI. Comunicar, oficialmente, à CONTRATADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FATURAMENTO

No texto das notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, deverão constar: o objeto da prestação dos serviços, o mês a que se referem, os valores unitário e total e o número do processo que deu origem a esta contratação (Processo Licitatório n.º **001/2013**).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada ao Gestor deste contrato, na Sede Administrativa, situada na Rua Timbiras, 1.754/14º andar- Bairro de Lourdes – Belo Horizonte/MG, CEP: 30140-061, no horário das 9h00 às 16h30min, de segunda a sexta-feira;

PARÁGRAFO SEGUNDO: O faturamento será efetuado em consonância a **Cláusula Décima Terceira** deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A atestação da fatura correspondente à prestação do serviço, caberá ao fiscal do contrato ou outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

O pagamento está condicionado à conclusão de cada etapa dos serviços e será efetuado pela CASEMG, com apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo gestor do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado em **10 (dez)** dias após a apresentação de respectiva fatura e/ou nota fiscal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Deverá constar na apresentação da Nota Fiscal ou da Fatura pelo licitante vencedor, todo o detalhamento dos serviços executados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de processamento do pagamento por meio de depósito bancário deverão ser fornecidos os seguintes dados:

- a) banco: nome e código;
- b) agência: nome e código e;
- c) número da conta corrente (completo).

PARÁGRAFO QUARTO - O pagamento ocorrerá observando no que couber o disposto no Art. 34 da Lei 10.833/03, que incluiu as Sociedades de Economia Mista no Art. 64 da Lei 9.430/96 regulamentada pela I.N 480/04 e complementada pela IN 539/2005. Na Nota Fiscal deverá ser destacada a retenção na fonte dos impostos e contribuições Federais, e, em caso de isenção deverá ser anexado o comprovante.

PARÁGRAFO QUINTO - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29, da Lei nº 8.666/93;

PARÁGRAFO SEXTO - O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis;

PARÁGRAFO SÉTIMO - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a empresa contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo de que trata o parágrafo primeiro desta cláusula começará a fluir a após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CASEMG.

PARÁGRAFO OITAVO – A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

PARÁGRAFO NONO - Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM = $I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Sem prejuízo das sanções cabíveis, o pagamento será retido ou glosado, quando a contratada:

a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas; ou

b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior a demandada.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS REAJUSTES DE PREÇOS

O valor da contratação não sofrerá reajustes durante sua vigência, salvo em caso de prorrogação do contrato, quando a correção dar-se-á com base no acumulado dos últimos **12 (doze)** meses do Índice Geral de Preço de Mercado IGP-M ou outro índice que vier a substituí-lo, ou a repactuação do preço do Contrato, observada a legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ÔNUS E ENCARGOS

Todos os ônus ou encargos referentes à execução do Contrato que se destinem à realização dos serviços, impostos cobrados no Estado de Minas Gerais, taxas, e outros que forem devidos, ficam totalmente a cargo da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES

Pela inexecução total ou parcial do objeto, e ainda, pelo descumprimento dos prazos estabelecidos, e/ou deixar de entregar os documentos exigidos neste contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

1. Advertência que será aplicada por ofício, mediante contra-recibo do representante Legal da CONTRATADA, estabelecendo o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que a mesma apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante o crivo da Administração.

2. Multa de mora no percentual correspondente a 0,1% por dia de atraso, incidente sobre o valor do contrato, até a data do efetivo adimplemento, observado o limite de dez dias;

2.1. A multa moratória será aplicada a partir do décimo dia útil da inadimplência, contado da data definitiva para o regular cumprimento da obrigação.

3. Multa de até 10% sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de quinze dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à CONTRATANTE.

4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Decorridos trinta dias sem que a CONTRATADA tenha iniciado a prestação da obrigação assumida, estará caracterizada a inexecução total contratual, ensejando a sua rescisão;

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, caso deixe de entregar a documentação exigida durante a vigência do contrato, apresente documentação falsa, enseje o retardamento da execução do objeto pactuado, comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude fiscal;

PARÁGRAFO TERCEIRO: As sanções previstas no Item 1, 4 e 5 do Caput e no Parágrafo Segundo poderão ser aplicadas juntamente com os Itens 2 e 3 do Caput desta Cláusula, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis;

PARÁGRAFO QUARTO: Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO: As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão de licitar, a CONTRATADA será descredenciada pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais. A aplicação de qualquer das penalidades previstas será realizada por meio de processo administrativo, que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei n.º 9.784/99.

PARÁGRAFO SEXTO: As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE poderão ser deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da CASEMG, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará sua rescisão com as consequências contratuais, inclusive o reconhecimento dos direitos da CONTRATANTE, conforme inciso IX do Artigo 55 da Lei n.º 8666/93, e o disposto nos Artigos 77 a 80 do referido Diploma Legal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

PARÁGRAFO SEGUNDO: A rescisão do Contrato poderá ser determinada, conforme Arts. 78 e 79 da Lei n.º 8.666/93;

PARÁGRAFO TERCEIRO: A rescisão determinada por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XI do Artigo 78 da Lei n.º 8666/93, acarretará a correspondente sanção prevista na Cláusula “das Sanções”;

PARÁGRAFO QUARTO: Constituem motivos para rescisão, a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação do Contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos em Lei, salvo, as supressões resultantes de acordo celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá ser alterado mediante Termo Aditivo com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

Em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93, o presente instrumento contratual será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos relacionados a este Contrato regular-se-ão pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma dos Artigos 54 e 55, Inciso XII da Lei n.º 8.666/93, bem assim das Normas da Lei n.º 10.520/2002, do Decreto n.º 3.555/ 2000 e do Decreto n.º 5.450/2005.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA COMPATIBILIDADE

A CONTRATADA assume, no ato da assinatura deste instrumento, o compromisso de manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica determinado, como competente para dirimir quaisquer questões que possam surgir em decorrência do presente Contrato, o foro da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais, renunciando, as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

PARÁGRAFO ÚNICO - E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento contratual em três vias de igual teor e forma para um só efeito.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2013.

COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – CASEMG

Diretor Administrativo

Diretor Financeiro

Diretor Presidente

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

1) Assinatura

Nome:

CPF n.º:

2) Assinatura

Nome:

CPF n.º: